

CARTA AGROECOLÓGICA

IV CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA

Nós, participantes do IV Congresso Brasileiro de Agroecologia, reunidos em Belo Horizonte, de 20 a 23 de novembro de 2006, aprovamos, em Assembléia Final, as seguintes recomendações que divulgamos a sociedade brasileira, de maneira a serem incorporadas às políticas públicas, que contribuirão para a **construção de horizontes sustentáveis** no Brasil e no mundo.

A Agroecologia, entendida como dimensão do conhecimento, precisa ser incorporada no delineamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, valorizando as singularidades que caracterizam nosso território. Não se pode mais aceitar a prioridade aos aspectos econômicos, como tem sido feito em muitos programas, que destinam a maior parte dos esforços e recursos públicos ao setor do agronegócio. Precisamos considerar as dimensões sociais e ambientais.

A educação ambiental, e sua expansão para todos os níveis de ensino, são uma necessidade, e atualmente um fator limitante para qualquer política sustentável. A Agroecologia precisa ser incluída como referência teórica e metodológica em todos os níveis das instituições brasileiras que atuam em ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento sustentável. O lançamento do Marco Referencial em Agroecologia pela EMBRAPA é um fato a ser comemorado, apoiado e deve servir de exemplo para todas as demais instituições que lidam com o mesmo assunto. Recomendamos, entretanto, que as experiências já existentes, sejam governamentais ou não governamentais, sejam reconhecidas, fortalecidas e interconectadas. Para isso é preciso aumentar a proporção do investimento público em programas e projetos de apoio à transição agroecológica, à agricultura urbana e à agricultura familiar, ambas de base ecológica. Ao mesmo tempo é preciso ter maior integração das políticas públicas, evitando-se redundâncias, e maior comunicação com a sociedade civil organizada, visando com isso a construção de políticas de base participativa.

A perda de agrobiodiversidade, a extinção das culturas locais e a destruição dos nossos principais biomas - conseqüências do modelo de crescimento da agricultura com base na simplificação de agroecossistemas - têm se mostrado prejudiciais à nossa sociedade e incapazes de garantir a segurança alimentar e condições de vida para nossas futuras gerações. Nossos Comitês de Bacias Hidrográficas não são geridos adequadamente e não contemplam aspectos agroecológicos. Nossos bancos de sementes crioulas, senão pequenos, estão ameaçados, da mesma maneira que nossas culturas locais e festas tradicionais, que sofrem pressão, de fato, para sua extinção. É preciso que nossos governantes e lideranças entendam a importância da alteração desse modelo e passem a buscar em uma visão sistêmica, com base local, para as soluções dos problemas do desenvolvimento brasileiro.

A destruição dos biomas da Amazônia e do Cerrado para implementação de culturas anuais e pastagens, o estabelecimento de monoculturas de árvores exóticas com fins comerciais em áreas de grande biodiversidade e a Medida Provisória 327/06 que reduziu a distância mínima que separa as áreas de plantio de OGM's das Unidades de Conservação

dentro das Zonas de Contenção, são exemplos da atitude dualística que vêm pautando as políticas brasileiras em relação ao Desenvolvimento Sustentável. Essas ações, apoiadas pelos governos federal, estaduais e municipais, estão causando prejuízos ambientais e sociais irrecuperáveis, e precisam ser denunciadas e extintas. O Brasil não pode trocar seu futuro pela promessa de que, exportando produtos como papel, carne e soja, estará resolvendo os problemas da pobreza, da desigualdade social, das questões de gênero e da Reforma Agrária.

Nosso país necessita de uma matriz energética sustentável, que se preocupe com aspectos sociais, de crescimento econômico, mas, que ao mesmo tempo, não agrave os já sentidos efeitos prejudiciais da atual matriz com base no uso do petróleo. O investimento no desenvolvimento do biodiesel e a continuidade do programa nuclear brasileiro não nos dão esta segurança, e precisam ser discutidos com a sociedade, centrando o debate nas questões sociais e ambientais, e não somente em aspectos técnicos, ou oportunidades advindas de eventuais créditos de carbono. Outras fontes de energia poderiam ser exploradas, como as energias eólicas, hidroelétricas de pequeno porte, solar e a biomassa.

No entanto, salientamos, é necessário, tanto em termos de geração de energia como na extração mineral, levarmos em consideração outros aspectos que não aqueles puramente econômicos. É preciso mais rigor na concessão de áreas de mineração, e fiscalização mais rigorosa das mesmas – sejam elas registradas ou não. A realização de Relatórios de Impacto Ambiental, destarte sua complexidade e tempo de elaboração, deveriam ser prioridade do Estado, e não empecilho burocrático técnico para a realização de um plano econômico, que particularmente no plano da mineração, vem sendo excludente e insustentável. É necessário que o processo de liberação de licenças nos setores de extração mineral e geração de energia seja racionalizados e que levem em consideração aspectos ambientais e sociais, pois, atualmente, sua burocracia favorece a clandestinidade, a intransparência e a compra de licenças. Em que pesem os direitos de faturamento econômico das empresas interessadas na extração mineral e na geração de energia, é necessário levarmos em conta os prejuízos sociais, em muitos casos irreparáveis, e a resiliência dos ecossistemas envolvidos no processo.

É preocupante o atual momento brasileiro no que diz respeito à liberação de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). O processo de discussão está excluindo a visão social e ambiental, estando o governo fortemente influenciado pelo setor do agronegócio. As questões ambientais e sociais precisam ser discutidas com a sociedade, pois o potencial de prejuízo está demonstrado em trabalhos científicos, e as vantagens divulgadas pelos interessados nas liberações não estão se confirmando. O governo deve favorecer que este debate ocorra de forma transparente e democrática com a sociedade, incluindo todas as áreas do conhecimento, e não apenas as áreas aplicadas ao desenvolvimento de biotecnologias. É preciso ampliar a representatividade das diferentes áreas do conhecimento na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, e garantir que de fato a biossegurança seja seu foco principal, com base no Princípio da Precaução. Não se pode permitir que a pressão sobre o governo federal dos interessados no comércio de OGMs prevaleça, contrariando os interesses da sociedade brasileira, de hoje e do futuro, e ameaçando nossa biodiversidade.

Enfim, estamos cientes dos esforços de vários programas em muitos ministérios e secretarias – estaduais e municipais – para a efetivação de todos esses objetivos. No entanto, queremos ratificar nossa postura por políticas públicas transparentes e congruentes com o Desenvolvimento Sustentável, e não apenas marginais. A atual política brasileira de

Notas Agroecológicas

Desenvolvimento Sustentável se baseia na idéia de “dois países em um só”. Essa abstração faz com que aqueles que trabalham e pesquisam pela sustentabilidade sejam vítimas de governos e não participem de políticas de Estado. Não há mensuração econômica, e muito menos medidas paliativas, para a erosão genética e cultural pela qual estamos, deliberadamente, nos expondo. Somos favoráveis à diversidade, biológica e cultural. Somos favoráveis a mercados justos. Mas mantemos nossa postura crítica em relação às práticas atuais de desenvolvimento, que, favorecendo índices como o Risco País, colocam nosso país e nosso futuro em risco.

Finalmente, nos colocamos à disposição da sociedade para contribuirmos com a construção do conhecimento e de um futuro sustentável.

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2006

Assinam os 1551 participantes do IV Congresso Brasileiro de Agroecologia, promovido pela EMATER-MG e pela Associação Brasileira de Agroecologia – ABA-Agroecologia.